

AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Exercícios comentados para fixação do aprendizado.
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





**IFPA - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ**

Professor - Geografia

**EDITAL Nº 01/2025-IFPA, DE 25 DE JU-
NHO DE 2025**

**CÓD: OP-019JL-25
7908403576890**

Língua Portuguesa

1. Leitura compreensão e interpretação de textos	7
2. Estruturação do texto e dos parágrafos	15
3. Articulação do texto: pronomes e expressões referenciais, nexos, operadores sequenciais	16
4. Significação contextual de palavras e expressões	17
5. Equivalência e transformação de estruturas	20
6. Sintaxe: processos de coordenação e subordinação	21
7. Pontuação	26
8. Estrutura e formação de palavras	27
9. Funções das classes de palavras; Emprego de tempos e modos verbais; Flexão nominal e verbal	28
10. Concordância nominal e verbal	34
11. Regência nominal e verbal	36
12. Ortografia oficial	37
13. Acentuação gráfica	38

Legislação e Ética na Administração Pública

1. Regime Jurídico Único (Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990): Do Provimento, Vacância, Remoção, Redistribuição e Substituição (arts. 5º ao 39); Dos Direitos e Vantagens (arts. 40 ao 115); Do Regime Disciplinar (arts. 116 ao 142).....	47
2. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996)	63
3. Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal (Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999)	82
4. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008: Seção II - Das Finalidades e Características dos Institutos Federais; Seção III - Dos Objetivos dos Institutos Federais; Seção IV - Da Estrutura Organizacional dos Institutos Federais	88
5. Estruturação do Plano de Carreira dos Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012)	90
6. Ética no Setor Público: Código de Ética do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto Federal nº 1.171, de 22 de junho de 1994)	98
7. Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal (Decreto nº 6.029, de 1º de fevereiro de 2007, e suas alterações)	101

Conhecimentos Específicos

Professor - Geografia

1. Capitalismo no século XXI	107
2. Direitos civis, humanos, políticos e sociais	112
3. O processo de Industrialização brasileira e a transformação do espaço urbano	112
4. Características climáticas brasileiras	116
5. Violência e espaço urbano	117
6. Revolução Verde no Brasil	120
7. Biogeografia e Conservação de Florestas Tropicais	124
8. Ambientes Sedimentares do Litoral brasileiro	129
9. Determinismo Geográfico e Imperialismo	133

ÍNDICE

10. Migrações Internacionais no século XX e XXI.....	134
11. Energia Renovável e recursos hídricos.....	138
12. Uso sustentável do solo	140
13. Movimentos de Massa: conceitos e métodos de previsão	150
14. Conceitos básicos da Geografia da Saúde.....	153
15. Tendências atuais do turismo: práticas e discussões conceituais	157
16. Reforma agrária e a questão da terra no Brasil.....	162
17. Geografia Cultural: a geografia das formas simbólicas	165
18. Epistemologia da Geografia: conceitos e tendências.....	169
19. Geomorfologia fluvial	173
20. Ecologia e planejamento da paisagem.....	174
21. Livros Didáticos no Ensino na Geografia	175
22. Construção do espaço sob a ótica dos direitos humanos	179

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

A leitura e interpretação de textos são habilidades essenciais no âmbito dos concursos públicos, pois exigem do candidato a capacidade de compreender não apenas o sentido literal, mas também as nuances e intenções do autor. Os textos podem ser divididos em duas categorias principais: literários e não literários. A interpretação de ambos exige um olhar atento à estrutura, ao ponto de vista do autor, aos elementos de coesão e à argumentação. Neste contexto, é crucial dominar técnicas de leitura que permitam identificar a ideia central do texto, inferir informações implícitas e analisar a organização textual de forma crítica e objetiva.

1. Compreensão Geral do Texto

A compreensão geral do texto consiste em identificar e captar a mensagem central, o tema ou o propósito de um texto, sejam eles explícitos ou implícitos. Esta habilidade é crucial tanto em textos literários quanto em textos não literários, pois fornece ao leitor uma visão global da obra, servindo de base para uma interpretação mais profunda. A compreensão geral vai além da simples decodificação das palavras; envolve a percepção das intenções do autor, o entendimento das ideias principais e a identificação dos elementos que estruturam o texto.

Textos Literários

Nos textos literários, a compreensão geral está ligada à interpretação dos aspectos estéticos e subjetivos. É preciso considerar o gênero (poesia, conto, crônica, romance), o contexto em que a obra foi escrita e os recursos estilísticos utilizados pelo autor. A mensagem ou tema de um texto literário muitas vezes não é transmitido de maneira direta. Em vez disso, o autor pode utilizar figuras de linguagem (metáforas, comparações, simbolismos), criando camadas de significação que exigem uma leitura mais interpretativa.

Por exemplo, em um poema de Manuel Bandeira, como “O Bicho”, ao descrever um homem que revirava o lixo em busca de comida, a compreensão geral vai além da cena literal. O poema denuncia a miséria e a degradação humana, mas faz isso por meio de uma imagem que exige do leitor sensibilidade para captar essa crítica social indireta.

Outro exemplo: em contos como “A Hora e a Vez de Augusto Matraga”, de Guimarães Rosa, a narrativa foca na jornada de transformação espiritual de um homem. Embora o texto tenha uma história clara, sua compreensão geral envolve perceber os

elementos de religiosidade e redenção que permeiam a narrativa, além de entender como o autor utiliza a linguagem regionalista para dar profundidade ao enredo.

Textos Não Literários

Em textos não literários, como artigos de opinião, reportagens, textos científicos ou jurídicos, a compreensão geral tende a ser mais direta, uma vez que esses textos visam transmitir informações objetivas, ideias argumentativas ou instruções. Neste caso, o leitor precisa identificar claramente o tema principal ou a tese defendida pelo autor e compreender o desenvolvimento lógico do conteúdo.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre os efeitos da tecnologia na educação, o autor pode defender que a tecnologia é uma ferramenta essencial para o aprendizado no século XXI. A compreensão geral envolve identificar esse posicionamento e as razões que o autor oferece para sustentá-lo, como o acesso facilitado ao conhecimento, a personalização do ensino e a inovação nas práticas pedagógicas.

Outro exemplo: em uma reportagem sobre desmatamento na Amazônia, o texto pode apresentar dados e argumentos para expor a gravidade do problema ambiental. O leitor deve captar a ideia central, que pode ser a urgência de políticas de preservação e as consequências do desmatamento para o clima global e a biodiversidade.

Estratégias de Compreensão

Para garantir uma boa compreensão geral do texto, é importante seguir algumas estratégias:

- **Leitura Atenta:** Ler o texto integralmente, sem pressa, buscando entender o sentido de cada parte e sua relação com o todo.

- **Identificação de Palavras-Chave:** Buscar termos e expressões que se repetem ou que indicam o foco principal do texto.

- **Análise do Título e Subtítulos:** Estes elementos frequentemente apontam para o tema ou ideia principal do texto, especialmente em textos não literários.

- **Contexto de Produção:** Em textos literários, o contexto histórico, cultural e social do autor pode fornecer pistas importantes para a interpretação do tema. Nos textos não literários, o contexto pode esclarecer o objetivo do autor ao produzir aquele texto, seja para informar, convencer ou instruir.

- **Perguntas Norteadoras:** Ao ler, o leitor pode se perguntar: Qual é o tema central deste texto? Qual é a intenção do autor ao escrever este texto? Há uma mensagem explícita ou implícita?

Exemplos Práticos

- **Texto Literário:** Um poema como “Canção do Exílio” de Gonçalves Dias pode, à primeira vista, parecer apenas uma descrição saudosista da pátria. No entanto, a compreensão geral deste texto envolve entender que ele foi escrito no contexto de um poeta exilado, expressando tanto amor pela pátria quanto um sentimento de perda e distanciamento.

- **Texto Não Literário:** Em um artigo sobre as mudanças climáticas, a tese principal pode ser que a ação humana é a principal responsável pelo aquecimento global. A compreensão geral exigiria que o leitor identificasse essa tese e as evidências apresentadas, como dados científicos ou opiniões de especialistas, para apoiar essa afirmação.

Importância da Compreensão Geral

Ter uma boa compreensão geral do texto é o primeiro passo para uma interpretação eficiente e uma análise crítica. Nos concursos públicos, essa habilidade é frequentemente testada em questões de múltipla escolha e em questões dissertativas, nas quais o candidato precisa demonstrar sua capacidade de resumir o conteúdo e de captar as ideias centrais do texto.

Além disso, uma leitura superficial pode levar a erros de interpretação, prejudicando a resolução correta das questões. Por isso, é importante que o candidato esteja sempre atento ao que o texto realmente quer transmitir, e não apenas ao que é dito de forma explícita. Em resumo, a compreensão geral do texto é a base para todas as outras etapas de interpretação textual, como a identificação de argumentos, a análise da coesão e a capacidade de fazer inferências.

2. Ponto de Vista ou Ideia Central Defendida pelo Autor

O ponto de vista ou a ideia central defendida pelo autor são elementos fundamentais para a compreensão do texto, especialmente em textos argumentativos, expositivos e literários. Identificar o ponto de vista do autor significa reconhecer a posição ou perspectiva adotada em relação ao tema tratado, enquanto a ideia central refere-se à mensagem principal que o autor deseja transmitir ao leitor.

Esses elementos revelam as intenções comunicativas do texto e ajudam a esclarecer as razões pelas quais o autor constrói sua argumentação, narrativa ou descrição de determinada maneira. Assim, compreender o ponto de vista ou a ideia central é essencial para interpretar adequadamente o texto e responder a questões que exigem essa habilidade.

Textos Literários

Nos textos literários, o ponto de vista do autor pode ser transmitido de forma indireta, por meio de narradores, personagens ou símbolos. Muitas vezes, os autores não expõem cla-

ramente suas opiniões, deixando a interpretação para o leitor. O ponto de vista pode variar entre diferentes narradores e personagens, enriquecendo a pluralidade de interpretações possíveis.

Um exemplo clássico é o narrador de “Dom Casmurro”, de Machado de Assis. Embora Bentinho (o narrador-personagem) conte a história sob sua perspectiva, o leitor percebe que o ponto de vista dele é enviesado, e isso cria ambiguidade sobre a questão central do livro: a possível traição de Capitu. Nesse caso, a ideia central pode estar relacionada à incerteza e à subjetividade das percepções humanas.

Outro exemplo: em “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos, o ponto de vista é o de uma narrativa em terceira pessoa que se foca nos personagens humildes e no sofrimento causado pela seca no sertão nordestino. A ideia central do texto é a denúncia das condições de vida precárias dessas pessoas, algo que o autor faz por meio de uma linguagem econômica e direta, alinhada à dureza da realidade descrita.

Nos poemas, o ponto de vista também pode ser identificado pelo eu lírico, que expressa sentimentos, reflexões e visões de mundo. Por exemplo, em “O Navio Negroiro”, de Castro Alves, o eu lírico adota um tom de indignação e denúncia ao descrever as atrocidades da escravidão, reforçando uma ideia central de crítica social.

Textos Não Literários

Em textos não literários, o ponto de vista é geralmente mais explícito, especialmente em textos argumentativos, como artigos de opinião, editoriais e ensaios. O autor tem o objetivo de convencer o leitor de uma determinada posição sobre um tema. Nesse tipo de texto, a tese (ideia central) é apresentada de forma clara logo no início, sendo defendida ao longo do texto com argumentos e evidências.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre a reforma tributária, o autor pode adotar um ponto de vista favorável à reforma, argumentando que ela trará justiça social e reduzirá as desigualdades econômicas. A ideia central, neste caso, é a defesa da reforma como uma medida necessária para melhorar a distribuição de renda no país. O autor apresentará argumentos que sustentem essa tese, como dados econômicos, exemplos de outros países e opiniões de especialistas.

Nos textos científicos e expositivos, a ideia central também está relacionada ao objetivo de informar ou esclarecer o leitor sobre um tema específico. A neutralidade é mais comum nesses casos, mas ainda assim há um ponto de vista que orienta a escolha das informações e a forma como elas são apresentadas. Por exemplo, em um relatório sobre os efeitos do desmatamento, o autor pode expressar diretamente uma opinião, mas ao apresentar evidências sobre o impacto ambiental, está implicitamente sugerindo a importância de políticas de preservação.



Como Identificar o Ponto de Vista e a Ideia Central

Para identificar o ponto de vista ou a ideia central de um texto, é importante atentar-se a certos aspectos:

1. Título e Introdução: Muitas vezes, o ponto de vista do autor ou a ideia central já são sugeridos pelo título do texto ou pelos primeiros parágrafos. Em artigos e ensaios, o autor frequentemente apresenta sua tese logo no início, o que facilita a identificação.

2. Linguagem e Tom: A escolha das palavras e o tom (objetivo, crítico, irônico, emocional) revelam muito sobre o ponto de vista do autor. Uma linguagem carregada de emoção ou uma sequência de dados e argumentos lógicos indicam como o autor quer que o leitor interprete o tema.

3. Seleção de Argumentos: Nos textos argumentativos, os exemplos, dados e fatos apresentados pelo autor refletem o ponto de vista defendido. Textos favoráveis a uma determinada posição tenderão a destacar aspectos que reforcem essa perspectiva, enquanto minimizam ou ignoram os pontos contrários.

4. Conectivos e Estrutura Argumentativa: Conectivos como “portanto”, “por isso”, “assim”, “logo” e “no entanto” são usados para introduzir conclusões ou para contrastar argumentos, ajudando a deixar claro o ponto de vista do autor. A organização do texto em blocos de ideias também pode indicar a progressão da defesa da tese.

5. Conclusão: Em muitos textos, a conclusão serve para reafirmar o ponto de vista ou ideia central. Neste momento, o autor resume os principais argumentos e reforça a posição defendida ajudando o leitor a compreender a ideia principal.

Exemplos Práticos

- **Texto Literário:** No conto “A Cartomante”, de Machado de Assis, o narrador adota uma postura irônica, refletindo o ceticismo em relação à superstição. A ideia central do texto gira em torno da crítica ao comportamento humano que, por vezes, busca respostas mágicas para seus problemas, ignorando a racionalidade.

- **Texto Não Literário:** Em um artigo sobre os benefícios da alimentação saudável, o autor pode adotar o ponto de vista de que uma dieta equilibrada é fundamental para a prevenção de doenças e para a qualidade de vida. A ideia central, portanto, é que os hábitos alimentares influenciam diretamente a saúde, e isso será sustentado por argumentos baseados em pesquisas científicas e recomendações de especialistas.

Diferença entre Ponto de Vista e Ideia Central

Embora relacionados, ponto de vista e ideia central não são sinônimos. O ponto de vista refere-se à posição ou perspectiva do autor em relação ao tema, enquanto a ideia central é a mensagem principal que o autor quer transmitir. Um texto pode defender a mesma ideia central a partir de diferentes pontos de vista. Por exemplo, dois textos podem defender a preservação do

meio ambiente (mesma ideia central), mas um pode adotar um ponto de vista econômico (focando nos custos de desastres naturais) e o outro, um ponto de vista social (focando na qualidade de vida das futuras gerações).

3. Argumentação

A argumentação é o processo pelo qual o autor apresenta e desenvolve suas ideias com o intuito de convencer ou persuadir o leitor. Em um texto argumentativo, a argumentação é fundamental para a construção de um raciocínio lógico e coeso que sustente a tese ou ponto de vista do autor. Ela se faz presente em diferentes tipos de textos, especialmente nos dissertativos, artigos de opinião, editoriais e ensaios, mas também pode ser encontrada de maneira indireta em textos literários e expositivos.

A qualidade da argumentação está diretamente ligada à clareza, à consistência e à relevância dos argumentos apresentados, além da capacidade do autor de antecipar e refutar possíveis contra-argumentos. Ao analisar a argumentação de um texto, é importante observar como o autor organiza suas ideias, quais recursos utiliza para justificar suas posições e de que maneira ele tenta influenciar o leitor.

Estrutura da Argumentação

A argumentação em um texto dissertativo-argumentativo, por exemplo, costuma seguir uma estrutura lógica que inclui:

1. Tese: A tese é a ideia central que o autor pretende defender. Ela costuma ser apresentada logo no início do texto, frequentemente na introdução. A tese delimita o ponto de vista do autor sobre o tema e orienta toda a argumentação subsequente.

2. Argumentos: São as justificativas que sustentam a tese. Podem ser de vários tipos, como argumentos baseados em fatos, estatísticas, opiniões de especialistas, experiências concretas ou raciocínios lógicos. O autor utiliza esses argumentos para demonstrar a validade de sua tese e persuadir o leitor.

3. Contra-argumentos e Refutação: Muitas vezes, para fortalecer sua argumentação, o autor antecipa e responde a possíveis objeções ao seu ponto de vista. A refutação é uma estratégia eficaz que demonstra que o autor considerou outras perspectivas, mas que tem razões para desconsiderá-las ou contestá-las.

4. Conclusão: Na conclusão, o autor retoma a tese inicial e resume os principais pontos da argumentação, reforça o seu ponto de vista e buscando deixar uma impressão duradoura no leitor.

Tipos de Argumentos

A argumentação pode utilizar diferentes tipos de argumentos, dependendo do objetivo do autor e do contexto do texto. Entre os principais tipos, podemos destacar:

1. Argumento de autoridade: Baseia-se na citação de especialistas ou de instituições renomadas para reforçar a tese. Esse tipo de argumento busca emprestar credibilidade à posição defendida.

Exemplo: “Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), uma alimentação equilibrada pode reduzir em até 80% o risco de doenças crônicas, como diabetes e hipertensão.”

2. Argumento de exemplificação: Utiliza exemplos concretos para ilustrar e validar o ponto de vista defendido. Esses exemplos podem ser tirados de situações cotidianas, casos históricos ou experimentos.

Exemplo: “Em países como a Suécia e a Finlândia, onde o sistema educacional é baseado na valorização dos professores, os índices de desenvolvimento humano são superiores à média global.”

3. Argumento lógico (ou dedutivo): É baseado em um raciocínio lógico que estabelece uma relação de causa e efeito, levando o leitor a aceitar a conclusão apresentada. Esse tipo de argumento pode ser dedutivo (parte de uma premissa geral para uma conclusão específica) ou indutivo (parte de exemplos específicos para uma conclusão geral).

Exemplo dedutivo: “Todos os seres humanos são mortais. Sócrates é um ser humano. Logo, Sócrates é mortal.”

Exemplo indutivo: “Diversos estudos demonstram que o uso excessivo de telas prejudica a visão. Portanto, o uso prolongado de celulares e computadores também pode afetar negativamente a saúde ocular.”

4. Argumento emocional (ou patético): Apela aos sentimentos do leitor, utilizando a emoção como meio de convencimento. Este tipo de argumento pode despertar empatia, compaixão, medo ou revolta no leitor, dependendo da maneira como é apresentado.

Exemplo: “Milhares de crianças morrem de fome todos os dias enquanto toneladas de alimentos são desperdiçadas em países desenvolvidos. É inaceitável que, em pleno século XXI, ainda enfrentemos essa realidade.”

5. Argumento de comparação ou analogia: Compara situações semelhantes para fortalecer o ponto de vista do autor. A comparação pode ser entre eventos, fenômenos ou comportamentos para mostrar que a lógica aplicada a uma situação também se aplica à outra.

Exemplo: “Assim como o cigarro foi amplamente aceito durante décadas, até que seus malefícios para a saúde fossem comprovados, o consumo excessivo de açúcar hoje deve ser visto com mais cautela, já que estudos indicam seus efeitos nocivos a longo prazo.”

Coessão e Coerência na Argumentação

A eficácia da argumentação depende também da coesão e coerência no desenvolvimento das ideias. Coesão refere-se aos mecanismos linguísticos que conectam as diferentes partes do texto, como pronomes, conjunções e advérbios. Estes elementos garantem que o texto flua de maneira lógica e fácil de ser seguido.

Exemplo de conectivos importantes:

- Para adicionar informações: “além disso”, “também”, “ademais”.
- Para contrastar ideias: “no entanto”, “por outro lado”, “todavia”.
- Para concluir: “portanto”, “assim”, “logo”.

Já a coerência diz respeito à harmonia entre as ideias, ou seja, à lógica interna do texto. Um texto coerente apresenta uma relação clara entre a tese, os argumentos e a conclusão. A falta de coerência pode fazer com que o leitor perca o fio do raciocínio ou não aceite a argumentação como válida.

Exemplos Práticos de Argumentação

- **Texto Argumentativo (Artigo de Opinião):** Em um artigo que defenda a legalização da educação domiciliar no Brasil, a tese pode ser que essa prática oferece mais liberdade educacional para os pais e permite uma personalização do ensino. Os argumentos poderiam incluir exemplos de países onde a educação domiciliar é bem-sucedida, dados sobre o desempenho acadêmico de crianças educadas em casa e opiniões de especialistas. O autor também pode refutar os argumentos de que essa modalidade de ensino prejudica a socialização das crianças, citando estudos que mostram o contrário.

- **Texto Literário:** Em obras literárias, a argumentação pode ser mais sutil, mas ainda está presente. No romance “Capitães da Areia”, de Jorge Amado, embora a narrativa siga a vida de crianças abandonadas nas ruas de Salvador, a estrutura do texto e a escolha dos eventos apresentados constroem uma crítica implícita à desigualdade social e à falta de políticas públicas eficazes. A argumentação é feita de maneira indireta, por meio das experiências dos personagens e do ambiente descrito.

Análise Crítica da Argumentação

Para analisar criticamente a argumentação de um texto, é importante que o leitor:

- 1. Avalie a pertinência dos argumentos:** Os argumentos são válidos e relevantes para sustentar a tese? Estão bem fundamentados?
- 2. Verifique a solidez da lógica:** O raciocínio seguido pelo autor é coerente? Há falácias argumentativas que enfraquecem a posição defendida?
- 3. Observe a diversidade de fontes:** O autor utiliza diferentes tipos de argumentos (fatos, opiniões, dados) para fortalecer sua tese, ou a argumentação é unilateral e pouco fundamentada?

LEGISLAÇÃO E ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

REGIME JURÍDICO ÚNICO (LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990): DO PROVIMENTO, VACÂNCIA, REMOÇÃO, REDISTRIBUIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO (ARTS. 5º AO 39); DOS DIREITOS E VANTAGENS (ARTS. 40 AO 115); DO REGIME DISCIPLINAR (ARTS. 116 AO 142)

LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990

(...)

TÍTULO II DO PROVIMENTO, VACÂNCIA, REMOÇÃO, REDISTRIBUIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO

CAPÍTULO I DO PROVIMENTO

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 5º São requisitos básicos para investidura em cargo público:

- I - a nacionalidade brasileira;
- II - o gozo dos direitos políticos;
- III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- V - a idade mínima de dezoito anos;
- VI - aptidão física e mental.

§ 1º As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei.

§ 2º Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso.

§ 3º As universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais poderão prover seus cargos com professores, técnicos e cientistas estrangeiros, de acordo com as normas e os procedimentos desta Lei. (Incluído pela Lei nº 9.515, de 20.11.97)

Art. 6º O provimento dos cargos públicos far-se-á mediante ato da autoridade competente de cada Poder.

Art. 7º A investidura em cargo público ocorrerá com a posse.

Art. 8º São formas de provimento de cargo público:

- I - nomeação;
- II - promoção;
- III - (Revogado pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)
- IV - (Revogado pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)
- V - readaptação;
- VI - reversão;
- VII - aproveitamento;

- VIII - reintegração;
- IX - recondução.

SEÇÃO II DA NOMEAÇÃO

Art. 9º A nomeação far-se-á:

- I - em caráter efetivo, quando se tratar de cargo isolado de provimento efetivo ou de carreira;
- II - em comissão, inclusive na condição de interino, para cargos de confiança vagos. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

Parágrafo único. O servidor ocupante de cargo em comissão ou de natureza especial poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, sem prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa, hipótese em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o período da interinidade. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

Art. 10. A nomeação para cargo de carreira ou cargo isolado de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade.

Parágrafo único. Os demais requisitos para o ingresso e o desenvolvimento do servidor na carreira, mediante promoção, serão estabelecidos pela lei que fixar as diretrizes do sistema de carreira na Administração Pública Federal e seus regulamentos. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

SEÇÃO III DO CONCURSO PÚBLICO

Art. 11. O concurso será de provas ou de provas e títulos, podendo ser realizado em duas etapas, conforme dispuserem a lei e o regulamento do respectivo plano de carreira, condicionada a inscrição do candidato ao pagamento do valor fixado no edital, quando indispensável ao seu custeio, e ressalvadas as hipóteses de isenção nele expressamente previstas. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97) (Regulamento)

Art. 12. O concurso público terá validade de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

§ 1º O prazo de validade do concurso e as condições de sua realização serão fixados em edital, que será publicado no Diário Oficial da União e em jornal diário de grande circulação.

§ 2º Não se abrirá novo concurso enquanto houver candidato aprovado em concurso anterior com prazo de validade não expirado.

**SEÇÃO IV
DA POSSE E DO EXERCÍCIO**

Art. 13. A posse dar-se-á pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado, que não poderão ser alterados unilateralmente, por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício previstos em lei.

§ 1º A posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de provimento. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

§ 2º Em se tratando de servidor, que esteja na data de publicação do ato de provimento, em licença prevista nos incisos I, III e V do art. 81, ou afastado nas hipóteses dos incisos I, IV, VI, VIII, alíneas “a”, “b”, “d”, “e” e “f”, IX e X do art. 102, o prazo será contado do término do impedimento. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

§ 3º A posse poderá dar-se mediante procuração específica.

§ 4º Só haverá posse nos casos de provimento de cargo por nomeação. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

§ 5º No ato da posse, o servidor apresentará declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.

§ 6º Será tornado sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo previsto no § 1º deste artigo.

Art. 14. A posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial.

Parágrafo único. Só poderá ser empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo.

Art. 15. Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo público ou da função de confiança. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

§ 1º É de quinze dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

§ 2º O servidor será exonerado do cargo ou será tornado sem efeito o ato de sua designação para função de confiança, se não entrar em exercício nos prazos previstos neste artigo, observado o disposto no art. 18. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

§ 3º À autoridade competente do órgão ou entidade para onde for nomeado ou designado o servidor compete dar-lhe exercício. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

§ 4º O início do exercício de função de confiança coincidirá com a data de publicação do ato de designação, salvo quando o servidor estiver em licença ou afastado por qualquer outro motivo legal, hipótese em que recairá no primeiro dia útil após o término do impedimento, que não poderá exceder a trinta dias da publicação. (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

Art. 16. O início, a suspensão, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do servidor.

Parágrafo único. Ao entrar em exercício, o servidor apresentará ao órgão competente os elementos necessários ao seu assentamento individual.

Art. 17. A promoção não interrompe o tempo de exercício, que é contado no novo posicionamento na carreira a partir da data de publicação do ato que promover o servidor. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

Art. 18. O servidor que deva ter exercício em outro município em razão de ter sido removido, redistribuído, requisitado, cedido ou posto em exercício provisório terá, no mínimo, dez e, no máximo, trinta dias de prazo, contados da publicação do ato, para a retomada do efetivo desempenho das atribuições do cargo, incluído nesse prazo o tempo necessário para o deslocamento para a nova sede. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

§ 1º Na hipótese de o servidor encontrar-se em licença ou afastado legalmente, o prazo a que se refere este artigo será contado a partir do término do impedimento. (Parágrafo renumerado e alterado pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

§ 2º É facultado ao servidor declinar dos prazos estabelecidos no caput. (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

Art. 19. Os servidores cumprirão jornada de trabalho fixada em razão das atribuições pertinentes aos respectivos cargos, respeitada a duração máxima do trabalho semanal de quarenta horas e observados os limites mínimo e máximo de seis horas e oito horas diárias, respectivamente. (Redação dada pela Lei nº 8.270, de 17.12.91)

§ 1º O ocupante de cargo em comissão ou função de confiança submete-se a regime de integral dedicação ao serviço, observado o disposto no art. 120, podendo ser convocado sempre que houver interesse da Administração. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica a duração de trabalho estabelecida em leis especiais. (Incluído pela Lei nº 8.270, de 17.12.91)

Art. 20. Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de 24 (vinte e quatro) meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguintes fatores: (Vide EMC nº 19) (Vide Decreto nº 12.374, de 2025)

I - assiduidade;

II - disciplina;

III - capacidade de iniciativa;

IV - produtividade;

V - responsabilidade.

§ 1º 4 (quatro) meses antes de findo o período do estágio probatório, será submetida à homologação da autoridade competente a avaliação do desempenho do servidor, realizada por comissão constituída para essa finalidade, de acordo com o que dispuser a lei ou o regulamento da respectiva carreira ou cargo, sem prejuízo da continuidade de apuração dos fatores enumerados nos incisos I a V do caput deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 11.784, de 2008)

§ 2º O servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, observado o disposto no parágrafo único do art. 29.

§ 3º O servidor em estágio probatório poderá exercer quaisquer cargos de provimento em comissão ou funções de direção, chefia ou assessoramento no órgão ou entidade de lotação, e somente poderá ser cedido a outro órgão ou entidade para ocupar cargos de Natureza Especial, cargos de provimento em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, de níveis 6, 5 e 4, ou equivalentes. (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

§ 4º Ao servidor em estágio probatório somente poderão ser concedidas as licenças e os afastamentos previstos nos arts. 81, incisos I a IV, 94, 95 e 96, bem assim afastamento para partici-

par de curso de formação decorrente de aprovação em concurso para outro cargo na Administração Pública Federal. (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

§ 5º O estágio probatório ficará suspenso durante as licenças e os afastamentos previstos nos arts. 83, 84, § 1º, 86 e 96, bem assim na hipótese de participação em curso de formação, e será retomado a partir do término do impedimento. (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

SEÇÃO V DA ESTABILIDADE

Art. 21. O servidor habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade no serviço público ao completar 2 (dois) anos de efetivo exercício. (prazo 3 anos - vide EMC nº 19)

Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

SEÇÃO VI DA TRANSFERÊNCIA

Art. 23. (Revogado pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

§ 1º (Revogado pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

§ 2º (Revogado pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

SEÇÃO VII DA READAPTAÇÃO

Art. 24. Readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.

§ 1º Se julgado incapaz para o serviço público, o readaptando será aposentado.

§ 2º A readaptação será efetivada em cargo de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida, nível de escolaridade e equivalência de vencimentos e, na hipótese de inexistência de cargo vago, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

SEÇÃO VIII DA REVERSÃO

(Regulamento Dec. nº 3.644, de 30.11.2000)

Art. 25. Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado: (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 4.9.2001)

I - por invalidez, quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria; ou (Incluído pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 4.9.2001)

II - no interesse da administração, desde que: (Incluído pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 4.9.2001)

a) tenha solicitado a reversão; (Incluído pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 4.9.2001)

b) a aposentadoria tenha sido voluntária; (Incluído pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 4.9.2001)

c) estável quando na atividade; (Incluído pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 4.9.2001)

d) a aposentadoria tenha ocorrido nos cinco anos anteriores à solicitação; (Incluído pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 4.9.2001)

e) haja cargo vago. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 4.9.2001)

§ 1º A reversão far-se-á no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 4.9.2001)

§ 2º O tempo em que o servidor estiver em exercício será considerado para concessão da aposentadoria. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 4.9.2001)

§ 3º No caso do inciso I, encontrando-se provido o cargo, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 4.9.2001)

§ 4º O servidor que retornar à atividade por interesse da administração perceberá, em substituição aos proventos da aposentadoria, a remuneração do cargo que voltar a exercer, inclusive com as vantagens de natureza pessoal que percebia anteriormente à aposentadoria. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 4.9.2001)

§ 5º O servidor de que trata o inciso II somente terá os proventos calculados com base nas regras atuais se permanecer pelo menos cinco anos no cargo. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 4.9.2001)

§ 6º O Poder Executivo regulamentará o disposto neste artigo. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 4.9.2001)

Art. 26. (Revogado pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 4.9.2001)

Parágrafo único. (Revogado pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 4.9.2001)

Art. 27. Não poderá reverter o aposentado que já tiver completado 70 (setenta) anos de idade.

SEÇÃO IX DA REINTEGRAÇÃO

Art. 28. A reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

§ 1º Na hipótese de o cargo ter sido extinto, o servidor ficará em disponibilidade, observado o disposto nos arts. 30 e 31.

§ 2º Encontrando-se provido o cargo, o seu eventual ocupante será reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização ou aproveitado em outro cargo, ou, ainda, posto em disponibilidade.

SEÇÃO X DA RECONDUÇÃO

Art. 29. Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de:

I - inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo;

II - reintegração do anterior ocupante.

Parágrafo único. Encontrando-se provido o cargo de origem, o servidor será aproveitado em outro, observado o disposto no art. 30.

SEÇÃO XI DA DISPONIBILIDADE E DO APROVEITAMENTO

Art. 30. O retorno à atividade de servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

Art. 31. O órgão Central do Sistema de Pessoal Civil determinará o imediato aproveitamento de servidor em disponibilidade em vaga que vier a ocorrer nos órgãos ou entidades da Administração Pública Federal.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no § 3º do art. 37, o servidor posto em disponibilidade poderá ser mantido sob responsabilidade do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, até o seu adequado aproveitamento em outro órgão ou entidade. (Parágrafo incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

Art. 32. Será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade se o servidor não entrar em exercício no prazo legal, salvo doença comprovada por junta médica oficial.

CAPÍTULO II DA VACÂNCIA

Art. 33. A vacância do cargo público decorrerá de:

- I - exoneração;
- II - demissão;
- III - promoção;
- IV - (Revogado pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)
- V - (Revogado pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)
- VI - readaptação;
- VII - aposentadoria;
- VIII - posse em outro cargo inacumulável;
- IX - falecimento.

Art. 34. A exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor, ou de ofício.

Parágrafo único. A exoneração de ofício dar-se-á:

- I - quando não satisfeitas as condições do estágio probatório;
- II - quando, tendo tomado posse, o servidor não entrar em exercício no prazo estabelecido.

Art. 35. A exoneração de cargo em comissão e a dispensa de função de confiança dar-se-á: (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

- I - a juízo da autoridade competente;
- II - a pedido do próprio servidor.

Parágrafo único. (Revogado pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

- I - (Revogado pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)
- II - (Revogado pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

CAPÍTULO III DA REMOÇÃO E DA REDISTRIBUIÇÃO

SEÇÃO I DA REMOÇÃO

Art. 36. Remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.

Parágrafo único. Para fins do disposto neste artigo, entende-se por modalidades de remoção: (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

I - de ofício, no interesse da Administração; (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

II - a pedido, a critério da Administração; (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

III - a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração: (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

a) para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração; (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

b) por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial; (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

c) em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados. (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

SEÇÃO II DA REDISTRIBUIÇÃO

Art. 37. Redistribuição é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do SIPEC, observados os seguintes preceitos: (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

I - interesse da administração; (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

II - equivalência de vencimentos; (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

III - manutenção da essência das atribuições do cargo; (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

IV - vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

V - mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional; (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

VI - compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade. (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

§ 1º A redistribuição ocorrerá ex officio para ajustamento de lotação e da força de trabalho às necessidades dos serviços, inclusive nos casos de reorganização, extinção ou criação de órgão ou entidade. (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Professor - Geografia

CAPITALISMO NO SÉCULO XXI

AS CONFIGURAÇÕES DO MUNDO CONTEMPORÂNEO

O cenário geopolítico global passou por mudanças significativas nas últimas três décadas, marcadas pelo fim da Guerra Fria, a ascensão de novas potências econômicas e a necessidade de adaptação das instituições internacionais.

► Do Fim da Guerra Fria à Nova Ordem Mundial

▪ **Década de 1980 e 1990:** Dissolução dos regimes socialistas na Europa, queda do Muro de Berlim (1989) e o fim da União Soviética (1991) marcaram o fim da Ordem da Guerra Fria (bipolarizada entre EUA e URSS).

▪ **Nova Ordem Mundial:** Liderada pelos Estados Unidos, com uma estrutura baseada no conflito Norte-Sul (países desenvolvidos versus países subdesenvolvidos).

▪ **Influência dos EUA:** Os EUA, com a maior economia mundial, expandiram sua influência econômica, cultural e militar globalmente.

▪ **União Europeia:** Formação de um bloco econômico e político com o objetivo de solidariedade e crescimento conjunto, culminando na adoção do Euro em 2002.

▪ **Japão:** País desenvolvido com alto grau de tecnologia, mas enfrentando dificuldades econômicas devido ao baixo crescimento e envelhecimento da população.

► Ascensão dos Países Emergentes e os BRICS

▪ **Final da década de 1990:** Surgimento do termo “países emergentes” devido ao crescimento de países como China, Índia, Rússia, Brasil e Coreia do Sul.

▪ **Maior influência no cenário internacional:** Esses países passaram a influenciar mais ativamente o comércio internacional e as decisões de blocos e organizações mundiais.

▪ **BRICS (2001):** O economista Jim O’Neill cunhou o termo BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) para descrever os países emergentes com maior potencial de crescimento. Posteriormente, a África do Sul foi adicionada ao grupo (BRICS).

▪ **Cooperação entre os BRICS:** Reuniões anuais e estabelecimento de acordos comerciais e projetos de transferência de tecnologia.

A Pax Americana em Transformação e a Necessidade de Reformulação da ONU:

▪ **Questionamento da Pax Americana:** A crise econômica mundial expôs a fragilidade da economia dos EUA, levantando questões sobre a continuidade de sua hegemonia.

▪ **Continuidade da influência dos EUA:** Apesar das dificuldades econômicas, a ideologia e o poder militar dos EUA permanecem fortes.

▪ **Limites do crescimento chinês e desafios da Europa:** A China enfrenta limites em seu crescimento econômico e a Europa precisa fortalecer suas instituições antes de integrar economias mais frágeis.

▪ **Necessidade de reformulação da ONU:** A configuração atual da ONU parece desatualizada em relação aos desafios contemporâneos, como terrorismo, questões ambientais e escassez de recursos.

▪ **Novas problemáticas globais:** Questões como meio ambiente, escassez de água, terrorismo, violência e energias alternativas exigem uma nova racionalidade política, baseada em valores universais e cooperação internacional.

NOVA ORDEM MUNDIAL

A Nova Ordem Mundial refere-se à configuração geopolítica internacional após o fim da Guerra Fria, marcada pela dissolução da União Soviética em 1991 e a ascensão dos Estados Unidos como potência hegemônica.

► Características da Nova Ordem Mundial

▪ **Fim da Bipolaridade:** O mundo, que antes se dividia entre o bloco capitalista (liderado pelos EUA) e o bloco socialista (liderado pela URSS), entrou em um novo período.

► Conceitos para descrever a Nova Ordem:

▪ **Unipolaridade:** Inicialmente, prevaleceu a ideia de unipolaridade, com os EUA detendo supremacia militar incontestável.

▪ **Multipolaridade:** Posteriormente, o foco deslocou-se para o poder econômico, com o surgimento de outros polos de influência, como Japão, União Europeia e, mais tarde, a China.

▪ **Unimultipolaridade:** Um conceito mais abrangente e consensual, que combina a supremacia militar e política dos EUA (uni) com a existência de múltiplos centros de poder econômico (multi).

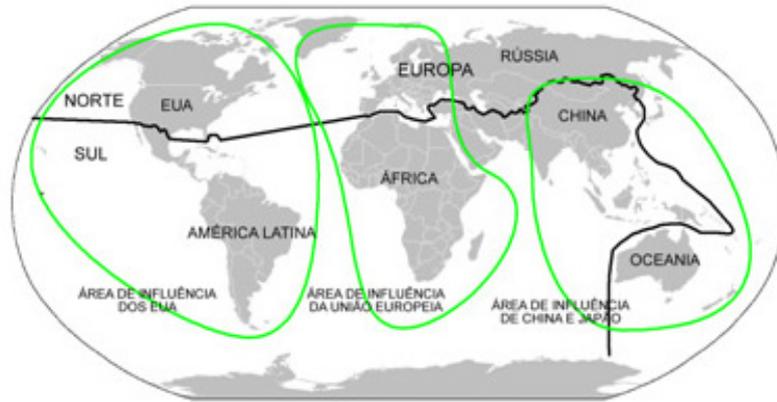
► Mudanças na Hierarquia Internacional

▪ **Reclassificação dos países:** A antiga divisão em 1º, 2º e 3º mundos (capitalistas desenvolvidos, socialistas desenvolvidos e subdesenvolvidos/emergentes, respectivamente) tornou-se obsoleta com o fim do “Segundo Mundo”.

▪ **Divisão Norte-Sul:** Uma nova classificação surgiu, dividindo o mundo em países do Norte (desenvolvidos) e países do Sul (subdesenvolvidos), com base em critérios econômicos, não puramente geográficos.

▪ **Crerios econômicos, não cartográficos:** A linha divisória entre Norte e Sul não coincide com a Linha do Equador. Países como Austrália e Nova Zelândia (hemisfério sul) são considerados países do Norte, enquanto países como Índia e China (em grande parte no hemisfério norte) são considerados países do Sul.

▪ **Áreas de influência:** O mapa apresentado no texto original (não disponível aqui) demonstra as áreas de influência dos principais atores econômicos mundiais, com destaque para a abrangente influência dos EUA, que se estende além das demarcações geográficas.



Mapa com a divisão norte-sul e a área de influência dos principais centros de poder

► **A “Guerra ao Terror”**

▪ **Necessidade de um novo inimigo:** Após o fim da Guerra Fria, os EUA necessitavam de uma nova justificativa para seus altos investimentos militares.

▪ **Atentados de 11 de Setembro (2001):** Os ataques terroristas atribuídos à Al-Qaeda forneceram esse novo inimigo.

▪ **Início da “Guerra ao Terror”:** Sob o governo de George W. Bush, os EUA lançaram uma campanha militar global contra o terrorismo, com invasões no Afeganistão (2001) e outras ações.

▪ **Dificuldade de combate:** O novo “inimigo” (grupos terroristas) apresenta características diferentes dos antigos oponentes estatais, dificultando o uso de estratégias militares convencionais. A natureza descentralizada e a atuação em meio a populações civis tornaram o combate mais complexo.

► **A Produção Social do Espaço no Capitalismo e seus Modelos Produtivos**

O espaço geográfico não é um cenário neutro; ele é ativamente produzido e transformado pelas relações sociais, econômicas e políticas. No sistema capitalista, a lógica da acumulação de capital é a principal força motriz na produção do espaço. Diferentes modelos produtivos capitalistas moldaram o espaço de maneiras distintas:

▪ **Capitalismo Comercial (Mercantilismo):** Caracterizado pela expansão marítima, exploração colonial e acumulação de metais preciosos. O espaço foi organizado em função das rotas comerciais e da extração de recursos das colônias.

▪ **Capitalismo Industrial (Industrialismo):** Marcado pela Revolução Industrial, urbanização acelerada, concentração da produção em fábricas e desenvolvimento de infraestruturas de transporte. O espaço urbano se expandiu e se transformou com a industrialização.

▪ **Capitalismo Financeiro (Monopolista/Imperialista):** Domínio do capital financeiro, expansão das empresas multinacionais, globalização da economia e intensificação da interdependência entre os países. O espaço global se tornou mais integrado, com fluxos de capitais, mercadorias e informações em escala mundial.

▪ **Capitalismo Informacional (ou tecnológico):** Caracterizado pela revolução tecnológica, globalização da produção e do consumo, redes de informação e comunicação, e a importância do conhecimento como fator produtivo. O espaço se torna cada vez mais fluido e conectado pelas tecnologias digitais.

► **Regionalização Socioeconômica do Espaço Mundial**

A regionalização socioeconômica divide o mundo com base no nível de desenvolvimento dentro do sistema capitalista contemporâneo, resultando na classificação Norte-Sul, que agrupa países desenvolvidos (Norte) e subdesenvolvidos (Sul).

▪ **Regionalização:** Conceito Amplo: Regionalizar significa classificar e dividir o espaço geográfico com base em critérios diversos, que podem ser subjetivos (uso cotidiano) ou científicos (baseados em conceitos naturais ou sociais).

▪ **Regionalização Socioeconômica:** Foco no Desenvolvimento Capitalista: Essa forma de regionalização se concentra no nível de desenvolvimento dos países dentro do sistema capitalista atual.

▪ **Atualização da “Teoria dos Mundos”:** A divisão Norte-Sul é uma atualização da antiga “Teoria dos Mundos”, que classificava os países em:

▪ **Primeiro Mundo:** Países capitalistas desenvolvidos.

▪ **Segundo Mundo:** Países socialistas ou de economia planificada.

▪ **Terceiro Mundo:** Países capitalistas subdesenvolvidos.

▪ **Fim do “Segundo Mundo”:** Com o fim da União Soviética e a queda do Muro de Berlim, o sistema socialista perdeu espaço, tornando a divisão em “Segundo Mundo” obsoleta. Assim, a regionalização socioeconômica simplificou a classificação para Norte e Sul.

▪ **Divisão Norte-Sul:** Essa divisão agrupa os países em dois blocos principais:

▪ **Países do Norte (Desenvolvidos):** Concentram a maior parte da riqueza, tecnologia e infraestrutura avançada.

▪ **Países do Sul (Subdesenvolvidos ou em Desenvolvimento):** Apresentam menores índices de desenvolvimento econômico e social, frequentemente com dependência econômica em relação aos países do Norte.

▪ **Critérios Econômicos, Não Geográficos:** A divisão Norte-Sul *não* corresponde à divisão geográfica entre hemisfério norte e hemisfério sul. Os critérios são socioeconômicos, levando em conta fatores como:

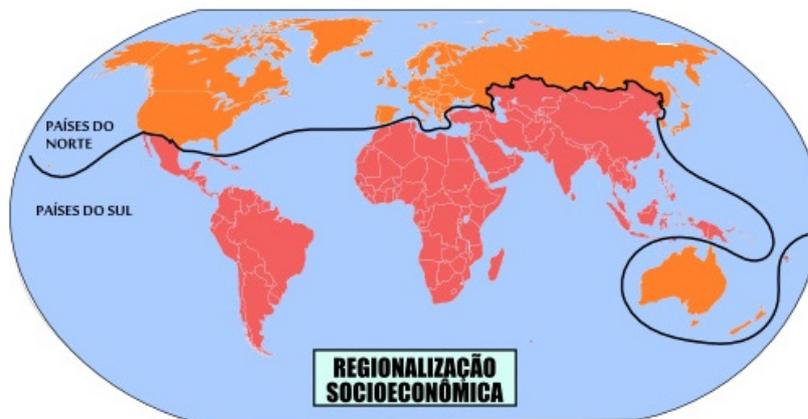
- Renda per capita;
- Industrialização;
- Índice de Desenvolvimento Humano (IDH);
- Acesso à tecnologia e infraestrutura;
- Qualidade de vida da população.

▪ **Exceções Geográficas:** Devido aos critérios econômicos, existem exceções à localização geográfica:

▪ **Austrália:** Localizada no hemisfério sul, mas considerada um país do Norte devido ao seu alto nível de desenvolvimento;

▪ **China:** Localizada em grande parte no hemisfério norte, mas considerada um país do Sul devido a características socioeconômicas, apesar de seu grande crescimento econômico. O mesmo se aplica a outros países como Índia e alguns do Oriente Médio.

Observe a imagem a seguir:



Representação da divisão dos países com base em critérios socioeconômicos

Apesar de útil como orientação geral, a regionalização Norte-Sul simplifica a complexidade socioeconômica mundial, não evidenciando as heterogeneidades dentro de cada grupo.

▪ **Heterogeneidade no Norte:** Os países do Norte apresentam diversidade econômica, incluindo potências como EUA e Alemanha, e países com economias mais limitadas ou em crise, como Portugal, Grécia, Rússia e Itália.

▪ **Heterogeneidade no Sul:** Os países do Sul também são diversos, incluindo países pouco industrializados (com economias primárias) e países emergentes ou subdesenvolvidos industrializados (BRICS, exceto Rússia, Tigres Asiáticos). Alguns, como a China, têm economias avançadas em produção e riqueza, mas enfrentam problemas sociais, má distribuição de renda, analfabetismo e pobreza.

▪ **Generalizações Levam a Erros:** Entender a dinâmica mundial é complexo, e generalizações podem ser imprecisas.

▪ **Importância da Divisão Norte-Sul:** Apesar das limitações, a divisão Norte-Sul oferece uma orientação geral sobre o desenvolvimento socioeconômico global, servindo como base para estudos mais aprofundados das relações socioespaciais no plano político e econômico internacional.

GLOBALIZAÇÃO

A globalização é um processo contínuo de intensificação das relações socioespaciais em escala mundial, impulsionado por avanços em comunicação e transporte.

Conceito Abrangente: A globalização é definida de diversas maneiras por diferentes autores, abrangendo integração socioespacial em escala mundial, facilitada pela conexão global.

Processo Contínuo: A globalização não é um evento isolado, mas um processo em constante evolução e transformação, com integração mundial cada vez maior.

“Aldeia Global”: O termo ilustra a redução metafórica do planeta devido à integração proporcionada pelas tecnologias de informação.

Origens da Globalização: Há debate sobre a origem da globalização. Alguns a associam à expansão marítimo-comercial europeia (séculos XV-XVI), enquanto o termo se popularizou a partir da década de 1980. As revoluções industriais, especialmente a Revolução Técnico-Científico-Informacional (meados do século XX até hoje), impulsionaram a globalização.

Consolidação Recente: Embora tenha raízes antigas, a globalização se consolidou e se desenvolveu de forma mais elaborada nos últimos 50 anos (a partir da segunda metade do século XX).

► **Características da Globalização, Aspectos Positivos e Negativos**

A globalização se manifesta em diversas áreas (cultura, espaço, educação, política, direitos humanos, saúde e economia). Apresenta aspectos positivos (avanços tecnológicos, difusão de conhecimento) e negativos (desigualdade social, hegemonia cultural).

▪ **Manifestações Diversas:** A globalização impacta diversas áreas da sociedade, como cultura (intercâmbio cultural), espaço geográfico, educação, política, direitos humanos, saúde e, principalmente, a economia.

▪ **Desigualdade Social:** Um dos principais problemas atribuídos à globalização é o aumento da desigualdade social, com concentração de renda e poder em uma minoria.

▪ **Hegemonia Cultural:** A globalização pode levar à imposição de uma ideologia dominante, influenciando culturas e valores de regiões menos favorecidas e suprimindo suas tradições.

▪ **Aspectos Positivos:** A globalização proporciona avanços tecnológicos, maior difusão de conhecimento (ex: disseminação rápida de descobertas médicas), maior difusão comercial e de investimentos.

▪ **Subjetividade na Análise:** A avaliação da globalização como positiva ou negativa depende da abordagem e da ideologia utilizada na análise.

► **Efeitos da Globalização**

A globalização resultou na formação de redes globais (transporte, comunicação, cidades, comércio, capitais), expansão de multinacionais, formação de blocos econômicos e consolidação do capitalismo neoliberal.

▪ **Formação de Redes:** O espaço geográfico internacional se configura em redes de diferentes tipos (transporte, comunicação, cidades, comércio, capitais), com pontos fixos e fluxos entre eles.

▪ **Expansão de Multinacionais:** Empresas multinacionais expandem suas atividades globalmente em busca de mercados, vantagens fiscais, redução de custos de produção. Isso impulsionou a industrialização e urbanização em países subdesenvolvidos e emergentes.

▪ **Formação de Blocos Econômicos:** Acordos regionais e blocos econômicos facilitam o comércio entre países e permitem ações conjuntas.

▪ **Consolidação do Capitalismo Neoliberal:** A globalização fortaleceu o sistema capitalista e o neoliberalismo, com a ideia de mínima intervenção do Estado na economia.

► **Acordos Internacionais**

As relações comerciais entre países são necessárias devido à falta de autossuficiência nacional. Para facilitar essas relações na economia globalizada, foram criados acordos internacionais, com destaque para os blocos econômicos, que visam reduzir ou eliminar tarifas alfandegárias.

Existem também organizações que discutem economia global (G-8, G-20) e questões políticas (OEA), além de acordos para controlar a exploração de produtos específicos (OPEP).

▪ **Necessidade do Comércio Internacional:** Nenhum país é autossuficiente em todos os setores, tornando o comércio internacional essencial para suprir necessidades e impulsionar o desenvolvimento econômico.

▪ **Acordos Internacionais:** Para facilitar as relações comerciais e sociais na economia globalizada, foram criados diversos acordos internacionais.

▪ **Blocos Econômicos:** Grupos de países que discutem medidas para reduzir ou eliminar tarifas alfandegárias, ampliando o comércio entre os membros.

Outras Organizações Internacionais:

▪ **G-8 e G-20:** Grupos que se reúnem para discutir a situação econômica global.

▪ **OEA (Organização dos Estados Americanos):** Organização que visa garantir a estabilidade política, a paz e a segurança no continente americano.

▪ **OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo):** Organização que controla a produção e venda de petróleo.

▪ **Aumento de Acordos a partir dos anos 90:** O número e a importância dos acordos comerciais aumentaram significativamente a partir da década de 1990.

▪ **Tipos de Acordos:** Os acordos variam em complexidade, desde questões simples até temas estruturais e polêmicos.

BLOCOS ECONÔMICOS: NÍVEIS DE INTEGRAÇÃO

os blocos econômicos visam dinamizar a economia global, reduzindo ou eliminando tarifas entre os membros. Eles se classificam em: Zona de Livre Comércio, União Aduaneira, Mercado Comum e União Econômica e Monetária.

▪ **Objetivo Principal:** Dinamizar e intensificar a economia em um mundo globalizado, reduzindo ou eliminando tarifas de importação e exportação entre os países membros.

▪ **Expansão do Mercado Consumidor:** Os países buscam integrar blocos econômicos para expandir seus mercados consumidores e flexibilizar as relações comerciais internacionais.

► **Tipos de Blocos Econômicos**

▪ **Zona de Livre Comércio:** Redução ou eliminação de tarifas alfandegárias entre os membros. Exemplo: NAFTA (Acordo de Livre Comércio da América do Norte).

▪ **União Aduaneira:** Além da eliminação de tarifas entre os membros, adota uma Tarifa Externa Comum (TEC) para produtos de fora do bloco. Exemplo: MERCOSUL (Mercado Comum do Sul).

▪ **Mercado Comum:** Inclui a livre circulação de capitais, serviços e pessoas dentro do bloco. Exemplo: União Europeia (UE).

▪ **União Econômica e Monetária:** Nível mais alto de integração, com adoção de políticas econômicas comuns e uma moeda única. Exemplo: Zona do Euro (dentro da UE).

